

Escravidão no Brasil: Debates Historiográficos Contemporâneos

Wander de Lara Proença
Doutor em História – UNESP/Assis

O texto elaborado, a seguir, apresenta uma síntese de algumas das principais perspectivas que o debate acerca da escravidão no Brasil tem assumido nas abordagens historiográficas contemporâneas. São identificadas algumas das principais ênfases, com seus respectivos autores representativos, apontando desdobramentos e tendências que tais enfoques têm proporcionado no campo da historiografia.

1 - Perspectiva clássica: cativo brando e relações sociais harmoniosas

Vigorou por bastante tempo como principal debate na historiografia saber se a escravidão no Brasil teria sido branda ou violenta, amistosa ou cruel. Um dos principais conceitos decorrentes de tal análise - que predominou até meados do século XX - consistiu em enfatizar o caráter benevolente e não-violento da escravidão ocorrida no Brasil.

No esforço para superar preconceitos ainda reinantes acerca da inferioridade racial dos negros, procurando celebrar a mestiçagem e a influência africana na formação cultural brasileira, foi preponderante para a elaboração de uma perspectiva centrada nessa benignidade do sistema escravocrata brasileiro a interpretação feita por Gilberto Freyre, no início da década de 1930 – com a publicação de *Casa-grande e senzala* - especialmente pela comparação que faz com outras sociedades escravistas: “Desde logo salientamos a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América”.¹

A miscigenação racial, analisada por Freyre, proporciona elementos que favorecem o surgimento do mito de uma certa harmonia das raças, marcada por uma convivência de tolerância e amenidade, assim como por sincretismos de crenças. Segundo esta visão, a plasticidade portuguesa - já vivenciada na metrópole, num contexto de hibridismo cultural – teria sido decisiva por formatar uma “índole bondosa e equânime” do povo brasileiro, gerando uma sociedade de tipo paternalista, configurada como que por uma vasta rede de parentesco, cujo aspecto se tornara preponderante na promoção desse “cativo brando”, de relações harmoniosas.

¹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Brasília: UNB, 1963, p.393.

De acordo com essa interpretação, marcadas pelo paternalismo e mediadas pela ação do Estado e da igreja, as relações sociais entre senhores e cativos no Brasil produziram escravos indolentes, passivos e, acima de tudo, submissos a uma grande família patriarcal. O senhor era visto como camarada e, o escravo, submisso. O resultado dessa visão pode ser resumido no pressuposto vaticinado por Freyre de que esses escravos seriam *talvez mais felizes no Brasil patriarcal do que, quando na África negra, oprimidos por sobas e, sobretudo, maltratados nas próprias tribos: vítimas, por vezes, de tirânicas opressões tribais sob o aspecto de ritos compressores.*²

As proposições de Freyre não suscitaram contestação imediata. Pelo contrário, exerceram influência em outros autores, sedimentando ainda mais os mitos da docilidade do senhor e a submissão do escravo. A partir dos anos de 1950, porém, uma nova concepção iria se opor de modo contundente essas idéias, revitalizando os estudos sobre a escravidão negra no Brasil.

2 – Perspectiva revisionista: violência coisificadora e heroísmo

Nos anos 1960 e 70, a temática da escravidão foi retomada de forma mais incisiva, passando a ocorrer contestação das visões sobre o chamado “cativeiro brando”. A crítica dos autores revisionistas recaiu, sobremaneira, às postulações feitas por Gilberto Freyre. De acordo com essa crítica, o sociólogo pernambucano generalizou sua análise, em termos de espaço e de tempo, ou seja, tomou como referência o que ocorrera apenas no nordeste canavieiro e no escravo doméstico, e estendeu sua interpretação para as múltiplas realidades existentes no território brasileiro. Incorre-se, aí, num equívoco metodológico, que ignora a dinâmica do processo histórico e a historicidade do tema em seu devido espaço, tempo e circunstâncias.

Nessa perspectiva revisionista, dois enfoques foram evidenciados. Em primeiro lugar, a idéia de coisificação do escravo, destacada especialmente pela chamada “escola paulista”, representada por Florestan Fernandes, Emília Viotti, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. Em segundo lugar, a ênfase na resistência e heroísmo dos cativos, como destacado, por exemplo, nas obras de Clóvis Moura,³ Luís Luna, José Alípio Goulart e Décio Freitas. Esses autores destacaram “os rigores terríficos da escravidão, com seus tormentos e suplícios,

² FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo / Recife: Editora Nacional / Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979, p. XII.

³ Clóvis Moura foi um dos pioneiros no estudo da rebeldia negra, ao investigar as revoltas baianas ocorridas na primeira metade do século XIX. Ver MOURA, Clóvis. *Rebeliões na senzala*. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

bem como a ação de quilombolas e a resistência permanente dos escravos contra os senhores".⁴

A teoria da chamada "coisificação do escravo", bastante difundida na produção historiográfica, passou a defender a idéia de que as condições extremamente duras da vida na escravidão teriam destituído os escravos da possibilidade de pensar o mundo a partir de categorias e significados sociais próprios, comprometendo, inclusive, a capacidade de forjarem os laços básicos dos seres humanos – os laços familiares. Nesse sentido, por exemplo, reproduziam as representações e valores senhoriais sobre os procedimentos de alforria: introjetavam valores e visões de mundo de seus senhores, o que implicava em sua despersonalização, comprometendo suas organizações sociais, suas vontades, assim como a constituição de famílias. Além do que, conformava-se à idéia de que o melhor caminho para a liberdade era a obediência e a submissão.

Nesta visão, o escravo estava sujeito ao poder e domínio de um outro, sem representação pessoal alguma. Mediante a "coisificação social" a consciência do escravo apenas registrava e espalhava passivamente os significados sociais que lhe eram impostos. Segundo esta visão, restava aos cativos a negação subjetiva da condição de coisa, que se exprimia através de gestos de desespero e revolta. Essa idéia tem prosseguimento na obra de Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, na qual destaca que o oprimido pode chegar a ver-se do mesmo modo que o vê o seu opressor, ou seja, reproduzir a ótica do opressor.

Por outro lado, as novas interpretações, que desmistificaram a imagem de passividade e submissão, propiciaram a criação de outros mitos, caracterizados especialmente pela resistência violenta e heroísmo. Como que numa versão progressista de escravo-coisa, surge o escravo-rebelde. Focalizou-se, a partir daí, o que denominava rebeldia escrava, sendo os cativos aí descritos pelos seus atos de bravura. Desse modo, o binômio *senhor cruel / escravo rebelde*, acabou por substituir o binômio *senhor camarada / escravo submisso*, empregado na perspectiva anteriormente analisada. A própria obra de Gorender contribuiu para isto ao apontar para um outro extremo, destacando que o primeiro ato *humano* do escravo, na resistência à "coisificação", era o crime, desde o atentado contra seu senhor à fuga.

Essa ênfase na rebeldia negra fixou, pois, a idéia de que as práticas de resistência por parte dos negros eram a única maneira de demonstrar reação às lógicas senhoriais e o modo para se afirmarem como pessoas humanas, sujeitos de sua própria história:

⁴ VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil colonial (1500 – 1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 208.

A humanidade do negro só transparecia quando os escravos resistiam claramente contra a instituição escravista: organizando-se em quilombos, revoltando-se, matando senhores e feitores, suicidando-se ou, de maneira mais ampla, resistindo cotidianamente ao trabalho, através da quebra de instrumentos, automutilação, infanticídios, morosidade e demais atos lesivos aos interesses senhoriais.⁵

O enfoque predominante dessa historiografia, portanto, era a negação do regime do cativo pelos negros por meio da criação de uma sociedade alternativa livre, configurada, principalmente, pela marginalização e isolamento do quilombo. Não são considerados, em tal abordagem, um comportamento político e uma lógica de poder específicos do escravo rebelde, que pudessem desembocar em transformações sociais, ou seja, teria havido uma incapacidade dos quilombolas, por exemplo, de propor a destruição do regime escravocrata como um todo. Não são investigados, nesta perspectiva, os sentidos que o próprio escravo conferia a suas ações.⁶

3 – Perspectivas historiográficas recentes: escravos como sujeitos de transformações sociais e agenciadores de sua libertação

Enfoques historiográficos mais recentes, configurados sobretudo a partir da década de 1980, concentraram seus esforços na percepção dos cativos enquanto sujeitos das transformações históricas ao longo dos períodos de escravidão. Autores como Robert Slenes, João José Reis, Flávio dos Santos Gomes, Sidney Chalhoub, Sílvia Hunold Lara e Leila Mezan Algranti, são nomes que se destacam nestes novos enfoques adotados. Contrapondo-se às teses clássicas, que ressaltam a anomia das populações escravas, esses pesquisadores enfatizam a relevância dos escravos como agentes históricos manifestados no plano da resistência social e da cultura. Chamam a atenção para reelaboração por parte dos cativos dos significados culturais e políticos a respeito das visões da liberdade e da conjuntura política em que estavam inseridos e a conseguinte percepção por parte deles mesmos quanto às mudanças sociais que ocorriam à sua volta.

Um dos objetivos desse enfoque é revisitar valores, sociabilidades e mediações culturais tecidas nos processos de cativo, visando perscrutar as experiências escravas. Estudos ligados à demografia histórica constataram, por exemplo, que o matrimônio e a família eram instituições presentes entre os cativos, como parte da herança cultural dos negros que foi transplantada para o contexto do cativo. A existência de famílias escravas foi,

⁵ Id., *ibid.*, p. 208, 209.

⁶ Ver GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (orgs.). *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 13.

assim, comprovada, por estes trabalhos, em proporções consideráveis em diversas regiões do território brasileiro.

Destaca-se, também, que o escravo não se humanizava apenas quando se revoltava, fugia e se refugiava nos quilombos. Ou seja, os quilombos não são vistos como formas exclusivas e generalizantes de resistência e rebeldia. Além do que, o aquilombamento, segundo esse pressuposto, não era um processo que se dava quase fora da sociedade escravista, como espaço único para que os negros pudessem se tornar sujeitos de sua própria história. Desenvolvem-se, pois, espaços de transformações históricas no regime escravista por meio das relações estabelecidas entre os habitantes dos quilombos e as comunidades de senzalas. Como quilombolas assenzalados, os negros tornam-se agentes sociais dos variados mundos da escravidão, agenciando suas experiências, dotando-as de sentidos próprios. De acordo com esta visão, os quilombos foram forjados dentro da própria escravidão e os mundos dos aquilombados acabaram por afetar e modificar os mundos dos assenzalados, cujos ambientes e circunstâncias criados acabaram também promovendo impactantes transformações nas relações entre senhores e escravos.

Em síntese, podem ser destacados dois principais enfoques desta perspectiva. Em primeiro lugar, ruptura com a idéia do “escravo-coisa”, politicamente anômico. Desconstroem-se modelos teóricos cristalizados nos quais a escravidão era explicada somente pela violência e pelo controle senhorial, que reduzia o protesto a mera reação diante da crueldade e violência sistêmica. Desse modo, rompe-se com a imagem de cativo coisificado pela exploração do trabalho e pela violência física. Isso aponta para o estabelecimento de certas regras sociais próprias definidas pelos negros. O significado da liberdade foi assim forjado na experiência do cativo. Como exemplo, pode dizer que diante da compra e venda havia percepções e atitudes dos próprios escravos diante das situações de transferência de sua propriedade: tinham suas próprias concepções sobre as regras sociais que envolviam aquelas relações; havia maneiras de os cativos manifestarem sua opinião no momento da venda; suas relações afetivas mereciam algum tipo de consideração; os castigos físicos precisavam ser moderados e aplicados por motivos justos.

Em segundo lugar, os próprios negros agenciavam sua liberdade, contribuindo para o fim da instituição da escravidão. Isso se dava, por exemplo, na criação de comunidades de quilombolas, as quais deixam de ser vistas apenas como espaços de enfrentamento heróico das expedições reescravizadoras ao longo do século XIX, como se estivessem isolados da esfera social do regime escravista.

Obviamente, essas abordagens suscitaram embates nos meios acadêmicos, reacendendo polêmicas, e levando alguns autores à crítica de que tais perspectivas estariam –

como que numa espécie de “neopatriarcalismo” - recuperando os argumentos de Gilberto Freyre acerca da benevolência do modelo de escravidão desenvolvido no Brasil, que possibilitava aos cativos ações e comportamentos com certo grau de autonomia e liberdade. Nos anos 1990, Jacob Gorender, com a publicação da obra *A escravidão reabilitada*,⁷ foi o principal expoente destas réplicas à perspectiva anteriormente descrita neste tópico, apontando, principalmente, o equilíbrio ou relativização entre as práticas de paternalismo e violência como padrão do sistema escravocrata, como algumas obras pareciam sugerir.

4 – Perspectivas conceituais abertas pela historiografia recente: revisitação, continuidades, rupturas

Como um tema clássico da historiografia brasileira, a escravidão continua a ser um campo sempre bastante aberto a diferentes pesquisas e abordagens, tanto pela investigação de novas fontes, quanto pelos novos enfoques às fontes já conhecidas. Neste sentido, cabe destacar, à guisa de exemplificação, algumas das contribuições que obras historiográficas mais recentes têm proporcionado na abertura de novos caminhos conceituais sobre o mundo da escravidão vivenciado no contexto brasileiro. É preciso considerar, naturalmente, que essas abordagens valem-se da crítica possibilitada pelos próprios paradigmas anteriores, cuja dinâmica, aliás, é preponderante para a existência de mobilidades na historiografia, que avança valendo-se de procedimentos teórico-metodológicos já estabelecidos, numa tensão permanente de revisitação, continuidades e rupturas.

Inicialmente, vale pontuar importantes contribuições de Flávio dos Santos Gomes. Na obra *Histórias de quilombolas*,⁸ por exemplo, esse autor recria o mundo interligado de senzala e quilombo na Província do Rio de Janeiro no século XIX. Suas principais conclusões consistem em dizer que o quilombo não esvaziou o impulso da revolta como às vezes se alega; que ao travar contatos com grupos livres e manter estreitas ligações com os cativos, os que fugiam alteravam o fiel da balança das relações escravistas; que nas senzalas fluminenses houve poucos conflitos étnicos e competição em torno de incentivos senhoriais, pois formavam uma comunidade unida em seus costumes e experiências.

Essa obra se propõe, desse modo, a abordar de forma humanizadora os quilombolas, fazendo com que suas ações tenham significados próprios para a vida deles. Mostra como os quilombolas no Recôncavo da Guanabara resistiram à repressão das autoridades ao longo do

⁷ GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

⁸ GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

século XIX. São destacadas as conexões mercantis e a proteção que os quilombos podiam conseguir junto aos vendeiros da região; contatos com os cativos das senzalas e relações de solidariedade entre grupos quilombolas distintos. Alguns fazendeiros e autoridades locais comerciavam com os quilombolas e os mantinham prevenidos contra expedições repressoras. A rede de contatos e troca assim estabelecida também dava mais poder de barganha aos assenzalados na negociação com os seus senhores. Existiam, portanto, redes de sociabilidades com enfrentamentos disseminados no cotidiano das relações entre senhores e escravos, forjados de modo complexo, por meio dos quais homens e mulheres agenciavam sua vida com lógicas próprias, promovendo experiências sociais concretas que transformavam aquela sociedade.

A obra *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*, organizada por João José Reis e Flávio dos Santos Gomes,⁹ também demonstra, com importantes contribuições de vários autores, o alargamento do debate historiográfico ocorrido nas últimas décadas. Destaca-se, aí, uma nova história social da escravidão, que pauta por inovadores enfoques. São analisados, principalmente, os modos como os escravos, a despeito da violência e opressão senhorial, tentavam organizar sua vida recriando estratégias e sociabilidades vinculadas a práticas culturais reinventadas. Na organização do trabalho, no estabelecimento de laços de parentesco, práticas religiosas e diversas formas de sociabilidade buscaram reconstruir autonomia e constituir comunidades com culturas e lógicas próprias. Ao se forjarem como comunidades os cativos recriaram variadas estratégias de sobrevivência e de enfrentamento à política de dominação senhorial. Não só reagiram às lógicas senhoriais, como produziram e redefiniram políticas nos seus próprios termos.

Os quilombos, assim, não se constituíram à margem da sociedade ou fora de seu âmbito; sua capacidade de articulação com vários setores sociais; nunca se mantiveram isolados. Mantinham relações complexas com o restante da sociedade escravista: escravos, quilombolas, libertos, pequenos lavradores, taberneiros. Os negros souberam, desse modo, também cavar seu caminho em direção à liberdade explorando as vias existentes no Brasil do século XIX, como por exemplo, o pecúlio e a alforria por indenização. Caracterizam-se por autonomia: seus movimentos estiveram sempre firmemente vinculados a experiências e tradições históricas particulares e originais. E isto ocorria mesmo quando escolhiam buscar sua liberdade dentro do campo de possibilidades existente na própria instituição da escravidão; e lutavam para alargar ou transformar este campo de possibilidades.

⁹ GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (orgs.). *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Já Sidney Chalhoub, na obra *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, mergulha no mundo da cultura e da ação popular. Numa trama que se desenvolve nas últimas décadas do trabalho forçado, seus protagonistas são escravos e negros livres da cidade do Rio de Janeiro, ao final do Século XIX. Seguindo método indiciário, procura reconstruir os fatos a partir da investigação dos documentos referentes ao processo histórico de abolição na corte, avançando nos esquemas historiográficos tradicionalmente postulados. Ao investigar os processos criminais e de obtenção de alforria em que os negros estavam envolvidos, analisa seus desejos revelados, suas interferências nas operações de compra e venda a que tinham de se submeter, além de desvendar o papel que a cidade do Rio de Janeiro – transformada em cidade negra, cidade esconderijo – desempenhava em suas vidas.

Recuperando aspectos de experiências dos escravos da corte, seus modos de pensar e atuar sobre o mundo, Chalhoub mostra que as lutas em torno de diferentes visões de liberdade e cativo contribuíram para o processo que culminou com o fim da escravidão naquele contexto. Empenha-se por reconstruir as políticas cotidianas usadas por esses homens e mulheres para enfrentar aqueles que lhes sujeitavam. Mostra como senhores e escravos se enfrentam no momento em que estes são oferecidos à venda. Escravos e libertos, senhores e juristas se confrontam em ações de liberdade colocando em discussão os significados de ser livre e, portanto, de ser escravo. Negros livres e cativos, no seu esforço de construir uma vida autônoma, desafiam continuamente seus empregadores e senhores, construindo a “cidade negra”, cada vez mais impenetrável para as políticas de domínio da escravidão.

Para os negros, de acordo com Chalhoub, o significado da liberdade foi forjado na experiência do cativo. Tinham suas próprias concepções e visões da escravidão, que transformavam as transações de compra e venda de negros, pois agiam por suas próprias concepções do que era o cativo justo ou mais tolerável: suas relações afetivas mereciam algum tipo de consideração; os castigos físicos precisavam ser moderados e aplicados por motivos justos; havia maneiras mais ou menos estabelecidas de como os cativos manifestavam sua opinião no momento decisivo da venda. Os trabalhadores retratados, portanto, são ativos e astutos, regem-se por normas próprias e possuem redes significativas de solidariedade. Rompe-se, desse modo, com a visão de “escravo-coisa”, que situa-os como seres à margem. Sabem aproveitar das oportunidades do momento, qualidade que os leva a interferir como atores importantes na grande política, no processo denominado hoje de abolição.

Em síntese, esse autor busca perceber o que os diferentes sujeitos históricos entendiam por escravidão e liberdade e como interagiam no processo de produção dessas visões ou percepções; entende os cativos como sujeitos das transformações históricas, recuperando

valores, sociabilidades e mediações culturais através dos quais são recriadas diversas estratégias de sobrevivência e de enfrentamento à dominação senhorial, produzindo e redefinindo políticas nos seus próprios termos, agenciando sua própria liberdade.

Em termos gerais, nas considerações que apresentam os autores e obras, anteriormente mencionados neste item, criticam os pólos que sugerem, por um lado, um discurso de violência da escravidão e da vitimização dos negros e, por outro, uma representação contundente pontificada de feitos heróicos. Esses pólos tendem a promover duas atitudes: gerar pena em relação às vítimas, os cativos; ou, fascinação, pela construção representacional de heróis. Além do que, esse mito da coisificação do escravo acaba por promover imobilismos na produção historiográfica.

Outro aspecto importante nos enfoques destas novas abordagens é a crítica ao conceito teleológico da história. Na ênfase dada à chamada “transição” da escravidão para o trabalho livre - ou do modo de produção escravista para a ordem burguesa – passa-se a noção de linearidade e de previsibilidade de sentido no movimento da história. Quando se diz que a decadência e a extinção da escravidão se explicam em última análise a partir da lógica da produção do mercado – devido à pressão externa do capital - desconsidera-se a ação dos negros forjando sua própria alforria, para se enfatizar o determinismo marxista do econômico. Acaba prevalecendo, aí, a idéia de reducionismos grotescos, de determinação do econômico, além da postulação de uma espécie de exterioridade determinante dos rumos da história, como se houvesse um destino para fora das intenções e das lutas dos próprios agentes sociais. Por razões como essas, tais autores contemporâneos ratificam que se deve falar em “processo histórico”, ao invés de “transição”, em relação às mudanças do modo de trabalho ocorridas no Brasil do século XIX. Com isso, recupera-se a indeterminação e a imprevisibilidade dos acontecimentos a partir do sentido que os próprios negros, enquanto agentes sociais, deram às suas próprias lutas, impulsionando a transformação do mundo de seu tempo.

Também, nesse aspecto, evidencia-se que as representações do dia 13 de maio estão cada vez mais desmoralizadas enquanto uma data de concessão ou doação da liberdade aos negros, quer seja pela iniciativa de uma classe dominante, ou pela simples sujeição à pressão de interesses externos. O processo histórico que resultou no 13 de maio foi construído pela ação de uma massa de negros que procurou cavar seu caminho em direção a liberdade, explorando, inclusive, as vias mais ou menos institucionalizadas no ambiente da escravidão praticada no Brasil do século XIX. Longe de estarem passivos às decisões que envolviam suas vidas, procuraram mudar sua realidade através de estratégias e regras já previstas, ou então, forçosamente estabelecidas na sociedade em que viviam.

É o caso, também, da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871. Postulam os autores contemporâneos aqui abordados, a necessidade de uma reinterpretação das representações dessa lei, pois significou, na verdade, o reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos vinham adquirindo, ou seja, o resultado de objetivos perseguidos pela luta dos próprios negros. Na realidade, portanto, é possível interpretar essa lei também como algo “arrancado” pelos cativos junto às classes proprietárias. Os negros agiram, assim, de acordo com lógicas ou racionalidades próprias e seus movimentos estiveram sempre firmemente vinculados a experiências e tradições históricas particulares e originais. Isto ocorria mesmo quando escolhiam agir pelos trâmites e mecanismos da própria instituição da escravidão, lutando inclusive para alargar e transformar este campo de possibilidades.

Configurando-se, pois, como sujeitos históricos que conseguiram politizar o seu cotidiano e assim transformá-lo, pressionavam pela mudança, em seu benefício, de aspectos institucionais daquela sociedade. Vários negros souberam, desse modo, como conseguir o direito legal à liberdade e, percebendo a possibilidade de alforria, procuraram o auxílio de homens livres, fugiram para a polícia, apresentaram-se a autoridades judiciais e perceberam muitas vezes exatamente o que deviam fazer para conseguir transformar em histórias de liberdade muitos dos casos que morosamente emperravam-se pela legislação vigente.

Segundo os autores que investigam a história sob esta perspectiva, os arquivos estão repletos de histórias de escravos que separados de parentes e amigos por transações de compra e venda, varreram o mapa de alto a baixo em busca desses entes que lhes eram queridos, buscando criar mecanismos para um caminho de volta à sua comunidade de origem. O tráfico interno, por exemplo, deslocou para o sudeste, a partir de meados do século XIX, milhares de escravos que se viram arrancados de seus locais de origem, da companhia de seus familiares e do desempenho das tarefas as quais estavam acostumados. Esses negros vindos do norte trouxeram consigo o sentimento de que direitos seus haviam sido ignorados. Muitos destes, então, reagiram, provocando situações que impedissem suas idas para as fazendas de café, fugindo e procurando retornar à sua província de origem. Interrogados pelos juízes da corte em processo cíveis e criminais, estes cativos explicaram detalhadamente suas atitudes e motivações e, desse modo, ajudaram a suplantarem definitivamente a instituição da escravidão.

Finalizando, as abordagens aqui identificadas recuperam alguns dos importantes aspectos da experiência dos escravos, de seus modos de pensar o mundo, atuar sobre ele e transformá-lo. Com isso, tiram a escravidão de um universo representacional harmonioso para lançá-la no devido campo conflituoso e imprevisível da história.